

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

LILIANE COELHO

***GOODWILL* - ALGUNS ASPECTOS SOBRE SUAS
CARACTERÍSTICAS E SUA MENSURAÇÃO**

**Florianópolis
2008**

LILIANE COELHO

**GOODWILL - ALGUNS ASPECTOS SOBRE SUAS
CARACTERÍSTICAS E SUA MENSURAÇÃO**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:
Prof. Joice Antônio Lorandi, MSc.

**Florianópolis
2008**

LILIANE COELHO

**GOODWILL - ALGUNS ASPECTOS SOBRE SUAS
CARACTERÍSTICAS E SUA MENSURAÇÃO**

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão de curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota (média) de....., atribuída pela banca constituída pelo orientador e membros abaixo.

Compuseram a banca:

Prof. Orientador Joisse Antônio Lorandi, MSc.
Departamento de Ciências Contábeis – UFSC

Nota atribuída.....

Prof.
Departamento de Ciências Contábeis – UFSC

Nota atribuída.....

Prof
Departamento de Ciências Contábeis – UFSC

Nota atribuída.....

Florianópolis, 22 de setembro de 2008.

Prof. Luiz Felipe Ferreira
Coordenador de Monografia - UFSC

Dedico este trabalho a *meus pais*
João Nilson Coelho e Célia Eva
Coelho e a meu irmão Davi Coelho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me conceder uma vida cheia de saúde e oportunidades que eu soube aproveitar para conseguir chegar até aqui.

Ao meu pai João Nilson Coelho e à minha mãe Célia Eva Coelho, pela educação e dedicação que me deram durante toda minha vida. Tanto no aspecto moral como acadêmico. E ao meu irmão Davi Coelho pelo apoio e paciência que lhe é peculiar.

Aos meus colegas de turma, pelo aprendizado adquirido através da convivência nestes anos de faculdade, em especial a duas grandes amigas, Alexandra Mara de Brito e Leandra Eckert que tiveram papel importante e inesquecível em minha formação acadêmica.

Ao professor Joisse Antônio Lorandi, por atender a meu pedido de orientação e por desenvolver este trabalho com dedicação e paciência.

RESUMO

COELHO, Liliane. *Goodwill: alguns aspectos sobre suas características e sua mensuração*, 2008, 46 páginas. Curso de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Xxx O tema deste trabalho é *Goodwill* – alguns aspectos sobre suas características e sua mensuração. Inicialmente faz-se uma revisão bibliográfica sobre ativos tangíveis e ativos intangíveis e como mensurá-los. E ainda uma pequena abordagem sobre um ativo intangível em especial: o Capital Intelectual. Na seqüência faz-se o objeto maior desta monografia que é discorrer sobre “*Goodwill*”, através de uma revisão bibliográfica sobre seus conceitos, métodos de como calculá-lo, como é tratado no Brasil e pelo IASB e como e amortiz-lo. Através desta pesquisa observa-se que existe diferenças entre os autores no que se refere à conceituação de *Goodwill*, na sua forma de calculo e mensuração. Por isso percebe-se a existência de grande dificuldade de se determinar uma metodologia a ser utilizada para que possa suprir a necessidade de informação dos usuários internos e externos as empresas. Sendo que os usuários internos são em geral os administradores, diretores, funcionários das empresas. E os externos são os investidores, economistas, governo e também o público em geral. O que se percebe é que dentro das possibilidades e respeitando as limitações existentes, as empresas verificam suas necessidades e determinam internamente a metodologia a ser utilizada que possam da melhor forma suprir suas necessidades de informação. Porém isso pode tornar-se arbitrário e tendencioso, como pode também ser a forma mais correta.

Palavras-chave: Contabilidade Gerencial, Ativo Intangível, Avaliação e Mensuração do *Goodwill*.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Evolução Histórica dos Conceitos de Ativo	17
Quadro 2 - Avaliação de Ativos por Valores de Entrada	21
Quadro 3 - Avaliação de Ativos por Valores de Saída	21
Quadro 4 - Características-chave de Quatro Sociedades Básicas.....	29
Quadro 5 - Evolução do Conhecimento Contábil	30
Quadro 6 - Evolução Histórica do <i>Goodwill</i>	33
Quadro 7 - Balanço Patrimonial – situação inicial	40
Quadro 8 - Balanço Patrimonial – situação final.....	40

SUMÁRIO

RESUMO.....	5
LISTA DE QUADROS.....	6
1 INTRODUÇÃO.....	8
1.1 Tema.....	9
1.2 Problema.....	9
1.3 Objetivos.....	10
1.4 Justificativa.....	11
1.5 Metodologia.....	12
1.6 Limitações.....	13
1.7 Organização.....	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
2.1 Ativo.....	15
2.2 Avaliação de Ativos.....	18
2.2.1 Custo Histórico.....	19
2.2.2 Custo Histórico Corrigido.....	20
2.3 Ativos Intangíveis.....	22
2.3.1 A necessidade e importância da mensuração dos ativos intangíveis.....	24
2.4 Capital Intelectual.....	26
3 GOODWILL.....	31
3.1 Tratamento Contábil do <i>Goodwill</i> adquirido – Brasil.....	39
3.2 Tratamento contábil do <i>Goodwill</i> adquirido – IASB.....	41
3.3 Amortização do <i>Goodwill</i>	42
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS.....	45

1 INTRODUÇÃO

Desde a antigüidade o homem preocupa-se em encontrar a melhor forma de mensuração dos ativos, sejam eles pessoais ou de propriedade de empresas. Porém essa preocupação era resolvida facilmente pois utilizava-se o método do pastor, descrito por Ludícibus e Marion (2000, p.29), que contava as suas ovelhas a cada inverno que passava e por diferença matemática avaliava o crescimento ou diminuição no valor de seu patrimônio.

Através deste método estava tudo resolvido e era fácil tomar decisões sobre o que fazer com o patrimônio. Porém o assunto deixou de ser tão simples quando se notou a significativa importância dos ativos intangíveis e a diferença que estes fazem para as empresas.

Como então tomar decisões com base em ativos não palpáveis, como estavam acostumados os empresários, os analistas e até mesmo os estudiosos, como auxiliar estas pessoas na tomada de decisão?

Com o surgimento, nos últimos anos, de empresas que chamam a atenção, justamente por apresentarem um enorme valor devido a esse tipo de ativos, o problema de como avaliá-los e mensurá-los cresceu ainda mais.

Pois algumas destas empresas são analisadas pelo mercado pela capacidade de seus funcionários, pelo valor que agregam aos produtos e serviços das empresas em que trabalham, pelo valor que suas marcas ou prestígio que seu nome adquiriu ao longo de sua existência.

Um dos ativos intangíveis que muito se tem discutido e analisado é o chamado *Goodwill*. Devido à sua complexidade, sendo formado por uma série de fatores também intangíveis identificáveis ou não identificáveis, tem causado muita discussão entre os autores.

Por todas essas mudanças é que muito tem se discutido e estudado sobre as maneiras de avaliar e mensurar os ativos intangíveis, em especial o *Goodwill*. Quais as maneiras de avalia-los e mensura-los, para que esta avaliação e mensuração possa auxiliar na tomada de decisão tanto para os usuários internos e externos a empresa.

1.1 Tema

Por tudo isso é que o tema desta monografia é o seguinte: *Goodwill* – Alguns aspectos sobre suas características e sua mensuração.

1.2 Problema

Toda empresa busca continuidade, e para isso precisa ter controle de seu processo de produção e patrimônio. Para isso, faz uso de várias ferramentas contábeis e de gestão, tais como: análise de custos, análise das demonstrações contábeis, relatórios gerenciais. Adicionalmente, utilizam, como base para a análise, os índices que esses relatórios fornecem.

Porém, na atualidade, com a necessidade de informação crescente, estes relatórios, que são confeccionados com base nas informações geradas pela contabilidade tradicional, não suprem por completo as necessidades das empresas,

sendo preciso, muitas vezes, a elaboração de relatórios diferenciados dos tradicionais, para que possam tentar suprir tais necessidades.

Relatórios estes que revelam ativos que não estão registrados na contabilidade tradicional devido em muitos casos à necessidade de adequação a legislações e aos princípios contábeis. São eles os ativos intangíveis, que revelam por exemplo o desempenho intelectual dos funcionários das empresas, o valor que estes agregam aos produtos e serviços que realizam, os valores de marcas e valores agregados aos nomes empresariais que foram construídos ao longo da existência destas empresas, devido, muitas vezes, ao prestígio e à boa imagem que mostram ao mercado.

Por isso que se procura neste trabalho apresentar algumas características e alguns métodos de avaliar e mensurar ativos tangíveis e ativos intangíveis, em especial o *Goodwill*.

1.3 Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa é apresentar a importância da avaliação e mensuração dos ativos intangíveis.

Os objetivos específicos são:

- Fazer um estudo teórico sobre ativos tangíveis;
- Discorrer sobre estes ativos tangíveis e como podem ser avaliados e mensurados;
- Fazer um estudo sobre ativos intangíveis;

- Discorrer sobre estes ativos intangíveis e como podem ser avaliados e mensurados;
- Dar uma abordagem específica a um ativo intangível em especial: o *Goodwill*.

1.4 Justificativa

Sabe-se que mudanças ocorreram e vêm ocorrendo intensamente no âmbito empresarial. Procuram-se informações de como as empresas são formadas, para que elas existam e para que contribuam para a sociedade.

Essas mudanças não são somente materiais e visíveis ao público leigo que não participa diretamente da vida das empresas, são principalmente mudanças tecnológicas e sociais que fazem com que a necessidade de informações aumente ainda mais.

Devido a essas mudanças e a necessidade cada vez maior de informações rápidas e precisas é que tem aumentado a preocupação, pesquisa e discussão sobre os bens intangíveis.

E a maior preocupação é de como avaliá-los e mensurá-los, adequando-se as limitações existentes para que se possa disponibilizar as informações rápidas e precisas para as tomadas de decisões por parte dos empresários e públicos em geral interessados nas empresas.

Muito tem se pesquisado e discutido sobre o tema, porém sem chegar-se a uma solução devido a diferenças nas Legislações dos Países, opiniões dos autores que divergem entre si. Por tudo isso é que o objetivo deste trabalho é apresentar

alguns destes intangíveis, e algumas de suas características e métodos utilizados para avaliá-los e mensurá-los.

Todavia, não se almeja determinar qual a maneira correta e nem qual a melhor característica e metodologia a ser utilizada, somente discorrer sobre estas.

1.5 Metodologia

Para desenvolver uma monografia necessita-se de conhecimento e interpretação de alguns conceitos para que auxiliem na realização da pesquisa de forma adequada. Para isso, seguem-se alguns destes conceitos para que se possa garantir a execução dos objetivos já definidos.

Segundo Salvador (1980, p.32) o termo monografia significa:

é um estudo pormenorizado no tratamento: trata exclusivamente de um único assunto, desenvolvendo-o exaustivamente em todos os seus aspectos e ângulos. É um estudo limitado em extensão, mas exaustivo e completo na compreensão e profundidade.

Diante do exposto, definiu-se que para o desenvolvimento deste trabalho de monografia quanto aos seus procedimentos técnicos será através de uma pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (1991, *apud.* SILVA e MENEZES, 2000, p.15), “Pesquisa Bibliográfica: quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na *Internet*.”

Sendo que quanto à forma de abordagem do problema a pesquisa é qualitativa, que segundo Silva e Menezes (2000, p.14):

considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do

sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicos no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

E por fim, quanto aos objetivos a pesquisa é exploratória, sendo que segundo Gil (1991, *apud* SILVA E MENEZES 2000, p.15):

Pesquisa Exploratória: visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão. Assume, em geral, as formas de Pesquisa Bibliográfica e Estudos de caso.

Por isso se faz o levantamento do material a ser lido e explorado, que serão livros, artigos e revistas. Com isso faz-se a interpretação e questionamentos dos mesmos, para que se desenvolve do tema proposto.

1.6 Limitações

O *Goodwill* possui uma complexidade peculiar que causa divergência entre autores e países. Por isso esta pesquisa preocupa-se em apresentar características de ativos tangíveis e ativos intangíveis que podem contribuir para a formação do *goodwill*.

Porém não se almeja determinar qual a melhor forma de avaliação e mensuração de ativos tangíveis e de ativos intangíveis identificáveis ou não identificáveis. Apresenta-se somente alguns conceitos que os caracterizam e algumas metodologias de avaliação.

Salienta-se que com relação ao *Goodwill*, a pesquisa restringe-se ao *Goodwill* positivo, discorrendo sobre algumas características, através de conceitos de alguns autores e apresentando metodologias de cálculo e apresentação. Porém não englobando o também discutido pelos autores – *Goodwill* negativo.

1.7 Organização

Este trabalho está estruturado em três capítulos:

Capítulo I – é apresentada a estrutura do trabalho, apresentando basicamente o tema, o problema, a justificativa ao trabalho e os objetivos, geral e específicos;

Capítulo II – é efetuada uma revisão bibliográfica sobre ativos tangíveis e ativos intangíveis, sobre alguns conceitos e formas de avaliá-los e mensurá-los.

Capítulo III – é realizada uma revisão bibliográfica sobre o ativo intangível de maior importância neste trabalho – o *Goodwill*. E por fim a conclusão e recomendações.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para que se possa posteriormente discorrer sobre *Goodwill*, que é considerado o mais Intangível dos Intangíveis, segundo Schmidt e Santos (2002, p.12), precisa-se antes disto discorrer sobre alguns conceitos e características de Ativo, métodos de avaliação de ativos e pelo menos um Ativo Intangível que colabora para a formação do *Goodwill*, que será o Capital Intelectual.

2.1 Ativo

Para um maior entendimento do que é ativo e o que ele representa para as entidades, segue conceitos que auxiliam no esclarecimento. E demonstram a importância destes para as entidades.

Segundo Iudícibus (2000, p.129):

a definição e avaliação está ligada a multiplicidade de relacionamentos contábeis que envolvem receitas e despesas. Sendo crítica o entendimento da verdadeira natureza, em suas características gerais, a fim de que possamos entender bem as subclassificações que aparecem em vários tipos de padronização, em vários países.

Francisco D'Auria (1958 p.65, *apud* IUDICIBUS, 2000, p.129), o ativo é, finalmente, “o conjunto de meios ou matéria posto a disposição do administrador para que este possa operar de modo a conseguir os fins que a entidade entregue à sua direção tem em vista”.

Já para Sprouse e Moonitz, no ARS n° 3, do AICPA, de 1962 (*apud* IUDÍCIBUS, 2000, p.129), “ativos representam benefícios futuros esperados, direitos que foram adquiridos pela entidade como resultado de alguma transação corrente ou passada”

Iudícibus (2000, p.130) diz que:

ativos podem ser constituídos como resultado do esforço de pesquisa da empresa, de natureza contínua, pela organização excelente e por fatores intangíveis não necessariamente ligados a transações com o mundo exterior.

Iudícibus ainda em (1994, p.106, *apud* WERNKE 2002, p.27):

é sua capacidade de prestar serviços futuros à entidade que os têm, individual ou conjuntamente com outros ativos e fatores de produção, capazes de se transformar, direta ou indiretamente, em fluxos líquidos de entrada de caixa. Todo ativo representa, mediata ou imediatamente, direta ou indiretamente, uma promessa futura de caixa. Quando falamos indiretamente, queremos referir-nos aos ativos que não são vendidos como tais para realizarmos dinheiro, mas que contribuem para o esforço de geração de produtos que mais tarde se transformam em disponível.

Paton (1924, *apud* IUDÍCIBUS, 2000, p.130) considera que “ativo é qualquer contraprestação material ou não possuída por uma empresa específica e que tem valor para aquela empresa”.

Segundo Hendriksen e Breda (1999, p.286), ativos devem ser definidos como potenciais fluxos de serviços ou como direitos a benefícios futuros sob o controle da organização.

Conforme se vê nos conceitos dos autores citados, percebe-se que ativos são bens e direitos de propriedade ou somente de controle das empresas. Que

direta ou indiretamente geraram fluxos de caixas futuros ou benefícios futuros as empresas que se relacionam.

Após a apresentação destes conceitos segue abaixo no quadro 1 uma evolução histórica dos conceitos de ativo abordada por Ludícibus (1994):

Autor(es)	Ano	Definição de Ativo
Paton	1924	Contraprestação material ou não, possuída por uma empresa, com valor para ela.
Canning	1929	Serviço futuro em dinheiro ou conversível para a entidade, sendo ativo somente para a pessoa que o utiliza.
AICPA	1941	Saldo devedor mantido após o encerramento dos livros contábeis de acordo com os princípios de Contabilidade, representando um direito de propriedade ou um valor adquirido, ou um gasto realizado que gerou um direito.
D'Auria	1958	Conjunto de meios ou matéria posta à disposição do administrador para atingir os fins da entidade.
Sprouse e Moonitz	1962	Benefícios esperados, direitos que foram adquiridos pela entidade como resultado de alguma transação corrente ou passada.
Meigs e Johnson	1962	Recursos econômicos possuídos por uma empresa.
Anthony	1970	Recurso econômico possuído, adquirido a um custo monetário mensurável.

Quadro 1 - Evolução Histórica dos Conceitos de Ativo

Fonte: Adaptado de Ludícibus, 1994 (*apud* WERNKE 2002, p.27)

Como se verificou nos vários conceitos de diversos autores, inclusive na análise histórica pode-se observar que ativos podem ser bens que sejam de propriedade, posse ou de controle da empresa, que tenham a capacidade de gerar fluxos de caixa futuros mesmo que sua destinação não seja transformar-se em dinheiro. Que tenham sido adquiridos por ela empresa e que seja compatível aos fins da entidade.

Ainda segundo FASB (*apud*, HENDRICKSEN E BREDA, 1999, p.285), o ativo possui três características essenciais:

- 1) Incorpora um benefício futuro provável que envolve a capacidade, isoladamente ou em combinação com outros ativos, de contribuir direta ou indiretamente à geração de entradas líquidas de caixa futuras.
- 2) Uma dada entidade pode conseguir o benefício e controlar o acesso de outras entidades a esse benefício.
- 3) A transação ou o evento originando o direito da entidade ao benefício, ou seu controle sobre o mesmo, já terá ocorrido.

Basta que apenas uma dessas características esteja ausente para que não se possa reconhecer a existência de um ativo em termos contábeis.

Em linhas gerais pode-se tomar isso como características básicas e até mesmo de avaliação relativamente fácil se pensarmos em ativos tangíveis, porém existem aqueles que deixam de atender a algumas das especificações ditas como necessárias por alguns autores, como por exemplo: a aquisição pela entidade, como no caso de Capitais Humanos, novas tecnologias desenvolvidas não atendem a esta característica, mas muito provavelmente gerarão fluxo de caixa futuros às empresas, e estão ali para atender aos fins da entidade.

2.2 Avaliação de Ativos

Como Ativos são bens considerados parte do patrimônio das entidades e por isso na contabilidade tradicional, estes precisam ser avaliados por algum método que seja uniforme a todos os bens da mesma entidade para que possam ser registrados, depreciados quando necessário, reavaliados quando no ato de uma venda. Para que gerem informações precisas e que sejam úteis à tomada de decisão dos administradores das entidades a que pertencem.

Para melhor esclarecer apresentar-se-á mais detalhadamente as duas mais tradicionais maneiras de avaliação de ativos e as demais serão somente comparadas nos quadros 1 e 2 onde se apresentam suas vantagens e limitações.

2.2.1 Custo Histórico

Este método se baseia no valor original das transações, ou seja, quanto realmente custou para empresa adquirir tal bem. Este método facilita muito o trabalho de contadores e auditores pela sua objetividade devido a apresentar exatamente o sacrifício financeiro, o desembolso da entidade.

Segundo Hendriksen e Breda (1999, p.306):

O custo histórico é definido pelo preço agregado pago pela empresa para adquirir a propriedade e o uso de um ativo, incluindo todos os pagamentos necessários para colocar o ativo no local e nas condições que permitam prestar serviço na produção ou em outras atividades da empresa.

Como em todo método existem desvantagens, que segundo Ludícibus e Marion (2000, p.146) seriam:

- perder sua substância econômica, independentemente das variações do poder aquisitivo da moeda;
- ter sua avaliação monetária defasada se o item não for corrigido pelas variações do poder aquisitivo da moeda entre o período de incorporação ao ativo e a data do balanço;

Segundo Ludícibus, Martins e Gelbcke (1995, p.73), “O custo de aquisição de um ativo ou dos insumos necessários para fabricá-los e colocá-los em condições de gerar benefícios para a Entidade representa a base de valor para a Contabilidade”.

Como se vê o método do custo histórico leva em consideração o valor do momento da transação de entrada do referido ativo, e é o método aceito pelos princípios contábeis. É o mais antigo e discutido princípio de Contabilidade.

2.2.2 Custo Histórico Corrigido

Segundo Ludícibus e Marion (2000, p.146):

Conserva, basicamente, todas as propriedades do custo histórico somente que, periodicamente, os custos são corrigidos pela variação do poder aquisitivo médio geral da moeda, segundo algum índice geral de preços, como o Índice Geral de Preços – IGP da Fundação Getúlio Vargas – FGV, ou o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) do IBGE, ou outros índices gerais que foram ou são indexadores oficiais, como a UFIR.

Ainda segundo Ludícibus e Marion (2000, p.147):

Esta forma de valor de entrada, conquanto do ponto de vista puramente gerencial, interno à empresa, não seja a ideal, é a que melhor consegue, principalmente para finalidades de informação a usuários externos, atender, ao mesmo tempo, para as seguintes condições, mormente em países com altas taxas inflacionárias: objetividade (pois trata-se de uma mera correção dos valores originais), relevância da informação (embora não a máxima para usuários internos principalmente), custo relativamente baixo do processo de correção, favorecendo a comparabilidade de:

- a) comparação de balanços da mesma empresa em exercícios diferentes;
- b) balanços de empresas diversas no mesmo exercício;
- c) balanços de empresas diversas em diferentes exercícios.

Existem outros métodos a serem considerados, como o Custo de Reposição, Custo de Reposição Corrigido, Custo Futuro Descontado, Custo de Reposição Futuro. Sendo que investigar a fundo métodos de avaliação de ativos não é o objetivo maior deste trabalho, os demais serão apresentados no quadro 2 e 3 onde serão relacionadas às vantagens e limitações de cada método.

Método	Vantagens	Limitações
Custo histórico	Fácil verificação e aplicação. Aceito legalmente.	Ignora a inflação, desconsidera a obsolescência do ativo. Informação pouco relevante para o usuário.
Custo histórico corrigido	Comparabilidade de valores de diferentes datas, facilidade de utilização	Corrige pela Inflação média, ignora variação específica do setor. Informação pouco relevante para o usuário.
Custo de reposição ou custo corrente	Reconhece todas as variações inflacionárias, fonte de informações importante a respeito dos efeitos da inflação sobre a empresa. Valor do ativo semelhante ao valor de compra do mesmo.	Subjetividade da precificação do ativo a valor de mercado, principalmente para itens sazonais. Variações de custos correntes não variam como os preços de vendas correntes. Aplicação prática difícil.
Custo corrente corrigido	Realístico, considera a variação de preços e a de mercado. Informação relevante ao usuário.	Desconsidera a inflação setorial. Utilização prática complexa.
Custos futuros descontados	Valor presente da obrigação futura.	Uso restrito. Dificuldade em determinar a taxa de desconto. Conforme o caso, pode apresentar também as limitações do custo histórico.
Custo de Reposição Futuro	Grande utilidade da informação.	Alta subjetividade e dificuldade de obtenção da informação do preço futuro.

Quadro 2 - Avaliação de Ativos por Valores de Entrada

Fonte: Fonte: Adaptado de Ludícibus, 1994 (*apud* WERNKE 2002, p.37)

Método	Vantagens	Limitações
Valores descontados	Valor atual do fluxo de caixa futuro.	Difícil determinação da taxa de desconto. Dificuldade em estimar os valores a receber. Utilização prática somente em itens monetários.
Preços correntes de venda ou Líquido de Realização	Evidencia o custo de oportunidade. Quando em mercado organizado representa aproximação razoável do futuro preço de venda.	Não aplicável a todos os ativos. Dificuldade de estimar os desembolsos adicionais para completar, vender e entregar o produto.
Equivalentes correntes de caixa	Posição da empresa em termos de adaptação ao ambiente. Fornece informações financeiras e algumas alternativas disponíveis.	Aplicação difícil. Exclui todos itens que não possuem valor presente de mercado como os Ativos Intangíveis.
Valores de Liquidação	Uso em casos de descontinuidade de operações ou itens obsoletos.	Utilização restrita. Valores não realistas.

Quadro 3 - Avaliação de Ativos por Valores de Saída

Fonte: Adaptado de Ludícibus, 1994 (*apud* WERNKE 2002, p.37)

Por tudo isso, pode-se observar a importância de informações precisas sobre os ativos das entidades, por estes serem de grande relevância. Sendo assim, verifica-se a necessidade da escolha por parte da própria empresa, da melhor forma de mensurá-los para que possam gerar informações que auxiliem os usuários internos e externos na tomada de decisão.

2.3 Ativos Intangíveis

Para saber o que se considera como intangível primeiramente verificar-se-á o que significa o termo tangível. Que segundo Monobe (1986, p.42 *apud* WERNKE, 2002 p.44), originou-se do latim tango (tocar) significando literalmente, perceptível ao toque.

Em sentido oposto, o intangível é algo que não pode ser tocado, o que denota que um ativo intangível seria: “aquele que possui valor econômico, mas carece de substância física, isto é, constitui-se de Ativo sem existência corpórea.”

Iudícibus (2000, p.210) diz que: Os itens que caracteristicamente poderiam ser classificados como intangíveis são:

1. *Goodwill*;
2. gastos de organização;
3. marcas e patentes;
4. certos investimentos de longo prazo;
5. certos ativos diferidos de longo prazo.

Segundo Kohler (*apud* IUDÍCIBUS, 2000, p.209) que define intangível como “um ativo de capital que não têm existência física, cujo valor é limitado pelos direitos e benefícios que, antecipadamente sua posse confere ao proprietário”.

Já Marion (2000, p.152) diz que: “o ativo Intangível ou incorpóreo ou Ativo Invisível são bens que não se pode tocar, pegar, que passaram a ter grande relevância a partir das ondas de fusões e incorporações na Europa e Estados Unidos”.

Assim como os ativos tangíveis os intangíveis também são de grande importância para as empresas e existe a necessidade de informações precisas sobre os mesmos que auxiliem na tomada de decisão.

Por isso, Hendriksen e Breda (1999, p.390) apresentam algumas características defendidas por alguns autores que diferenciam os ativos intangíveis dos ativos tangíveis.

- **a inexistência de usos alternativos:** tanto aos ativos tangíveis como os intangíveis são avaliados por muitas empresas pelo que podem trazer de lucros futuros para a mesma. Isto tem relação com seu valor de reposição, comparação física em caso de reposição, sendo que isto é aplicável somente aos tangíveis pois os intangíveis não podem ser transferidos, pois seus valores estão geralmente relacionados a processo específico de desenvolvimento de um produto a uma área de Marketing. Apesar de haverem exceções;
- **a falta de separabilidade:** algumas correntes defendem que os ativos intangíveis só tem valor se associados aos demais ativos tangíveis da empresa. Referente a isso alguns dizem que ativos intangíveis podem ser separados da empresa, como marcas e patentes, por exemplo. Outros argumentos em sentido contrário, dizem que ativos tangíveis só geram fluxos de caixa se relacionados a ativos intangíveis;
- **a maior incerteza quanto à recuperação:** “alto grau de incerteza a respeito do valor dos benefícios futuros a serem recebidos. Os valores possíveis podem variar de zero a montantes muito elevados” ainda, “todos, porém, representam benefícios muito incertos e de difícil associação com receitas ou períodos específicos”.

Norton (2001, p.89 *apud* WERNKE 2002, p.50) diz que Ativos Intangíveis incluem itens como “habilidades e conhecimentos dos funcionários, tecnologia da

informação disponível como apoio ao quadro de funcionários e o clima de incentivo à inovação. Todos esses ativos têm potencial de criação de valor para a organização.”

Vê-se que os ativos tangíveis têm uma semelhança com os intangíveis segundo característica de alguns autores. Característica esta que diz que estes podem ser avaliados por fluxos de caixa futuros que podem gerar para as empresas a que estão relacionados, porém diferem no grau de dificuldade de avaliação de quanto valem, e em que períodos geraram estes fluxos de caixa.

Essa dificuldade que existe com relação à mensuração dos ativos intangíveis tem relação direta a metodologia utilizada para que isso seja feito. Pois para os ativos tangíveis tem-se métodos aceitos universalmente que auxiliam nesta tarefa. Já para os ativos intangíveis a dificuldade está em encontrar um método que tenha bases confiáveis.

2.3.1 A necessidade e importância da mensuração dos ativos intangíveis

Assim como avaliar e mensurar ativos tangíveis é importante para a tomada de decisão dos gestores das organizações, avaliar e mensurar ativos intangíveis apresenta também tamanha importância para as informações gerenciais, principalmente em uma época chamada de “Economia do Conhecimento”, onde os sistemas contábeis tradicionais não conseguem com facilidade expor o que representa para as organizações seus ativos intangíveis.

Segundo, Kaplan e Norton (2000, p.12 *apud* WERNKE, 2002, p.16):

Na economia industrial, as empresas criavam valor a partir de ativos tangíveis, mediante a transformação de matérias-primas em produtos acabados. Um estudo do Brookings Institute, de 1982, mostrou que o valor contábil dos ativos tangíveis representava 62% do valor de mercado das organizações industriais. Dez anos mais tarde, o índice caiu para 38%. E estudos recentes estimaram que, em fins do século XX, o valor contábil dos

ativos tangíveis correspondia a apenas 10 a 15% do valor de mercado das empresas. Sem dúvida, as oportunidades para a criação de valor estão migrando da gestão de ativos tangíveis para a gestão de estratégias baseadas no conhecimento, que exploram os ativos intangíveis da organização: relacionamentos com clientes, produtos e serviços inovadores, tecnologia da informação e banco de dados, além de capacidades, habilidades e motivação dos empregados.

Catelli e Santos (2001, p.31 *apud* WERNKE 2002, p.53) apresentam a importância dos ativos intangíveis citando que:

No começo de 1996, para cada US\$ 100 investidos na IBM, US\$ 23 correspondiam a ativos tangíveis (ou seja, US\$ 16,6 bilhões de ativos líquidos para um valor de mercado de US\$ 70,7 bilhões). Os mesmos US\$ 100 investidos na Microsoft correspondiam apenas a US\$ 1 em ativos tangíveis (US\$ 830 milhões de ativos tangíveis para US\$ 85,5 bilhões de valor de mercado).

Pelas estatísticas apresentadas por Kaplan e Norton e pelos dados apresentados por Catelli e Santos, vê-se a importância da adequada avaliação e mensuração dos ativos intangíveis.

Porém, o grande problema encontrado no momento de avaliar e mensurar estes intangíveis que tanto tem importância para as entidades, é a metodologia a ser utilizado, como já mencionado anteriormente, devido à falta de bases confiáveis para tal.

Apesar disto, sendo o objetivo maior deste trabalho é discorrer sobre o intangível dos intangíveis, que é o *Goodwill*, falar-se-á anteriormente sobre um dos intangíveis que auxiliam na formação deste, o Capital Intelectual. E quando apresentado o conceito deste ativo intangível, será também abordado como é avaliado e mensurado.

2.4 *Capital Intelectual*

A partir da década de 60, muitas mudanças ocorreram na sociedade que fizeram com que se começasse a pensar em uma sociedade sustentada no conhecimento.

Segundo Schmidt e Santos (2002, p.168), Sócrates dividiu o conhecimento em três áreas:

- **conhecimento teórico:** o que se procura para si próprio;
- **conhecimento prático:** o que se procura visando à ação;
- **conhecimento produtivo:** o que se procura para poder fazer, produzir ou criar algo, tais como Metafísica e Física; Ética e Política; Poesia e Retórica.

Já Nonaka e Takeuchi (1997, pp.7-63 *apud* SCHMIDT E SANTOS 2002, p.168) dividem o conhecimento em tácito e explícito. Sendo tácito aquele que abrange as habilidades desenvolvidas, o *Know-how* adquirido somado às percepções, crenças e valores tidos como certos e que refletem na imagem como o ser humano percebe a realidade, lida com o mundo. Conhecimento explícito, como sendo aquele contido em livros e pode ser empregado como sinônimo de dados e informações.

Devido às mudanças que ocorrem a tempos na sociedade, as entidades vêm investindo em pesquisa e desenvolvimento, pois isto correlacionado com os ativos tangíveis das mesmas é que fazem a diferença no mercado em uma economia baseada no conhecimento.

Segundo Kodoma (1991, p.2 *apud* SCHMIDT E SANTOS 2002, p.174):

Se os investimentos em pesquisa e desenvolvimento começarem a ultrapassar os investimentos de capital, pode-se dizer que a entidade está começando a deixar de ser um local onde se produz para se transformar em um local onde se pensa.

O Capital Intelectual, segundo a norma "*Disclosure of intellectual capital measurement*" do FASB (1999 *apud* WERNKE 2002, p.65), pode ser definido de duas formas:

- Ativos Intangíveis combinados que permitem a companhia funcionar e manter uma vantagem competitiva;
- A diferença entre o valor real de mercado da companhia e o valor real de mercado dos Ativos tangíveis menos passivos da companhia.

Thomas A. Stewart (1998, *apud* SCHMIDT E SANTOS, 2002, p.167) apresenta o seguinte:

Drucker cunhou, de fato, o termo 'Trabalhador do Saber', no final dos anos 50. Damos-nos conta de que o conceito já tem 40 anos e argumentou, consistentemente, ao longo do tempo, que as entidades não haviam aumentado a produtividade dos seus trabalhadores do conhecimento, apesar de terem feito disparar a produtividade do trabalho industrial. Eu então, pus-me a olhar para uma série de áreas da vida econômica relacionadas, e o que via era óbvio: a cada vez maior conteúdo em saber dos produtos correntes do dia-a-dia, a importância crescente do conhecimento na cadeia de valor, a viragem no investimento empresarial dos equipamentos fabris habituais para os baseados em informação e comunicação, a mudança no mercado de trabalho. A minha conclusão não se fez esperar: o conhecimento estava no que comprávamos e vendíamos, e era o que mais importante processo nos negócios. Os ativos que criavam e manipulavam o saber, ou seja, os próprios seres humanos, os sistemas e as estruturas, e as relações com clientes e consumidores eram os mais importantes, apesar de raramente surgirem no balanço e contas da entidade.

Assim como os demais intangíveis o Capital Intelectual também é de difícil mensuração, principalmente por não apresentar algumas características da contabilidade tradicional:

- a entidade pode ou não possui sua propriedade e posse;
- pode ou não possui seu controle;
- a complexidade de atribuição de valor, principalmente por causa da objetividade e do conservadorismo.

Segundo Schmidt e Santos (2002, p.181):

entende-se como Capital Intelectual, a diferença entre o valor de mercado das ações em circulação da entidade e o valor do ativo líquido, organizado a partir de idéias e informações coerentes, capazes de serem descritas, compartilhadas e exploradas e que tenham aplicação prática.

Este conceito nos mostra que Capital Intelectual seria sinônimo de *Goodwill*, como poderá ser verificado adiante. Porém nesta pesquisa segue-se a linha de entendimento que capital intelectual seja um ativo intangível que contribui para o formação do *Goodwill*. E será tratado como tal e verificado individualmente.

Sendo assim, vê-se a seguir no quadro 4, uma síntese das características das quatro sociedades básicas: primitiva, agrícola, industrial e do conhecimento, reunidas em um único quadro desenvolvido por Crawford (1994, p.22 *apud* SCHMIDT E SANTOS 2002, p.169-170) que mostra a características-chave de cada uma das sociedades, para que se possa verificar a evolução em cada uma destas devidos aos fatos ocorridos.

Variáveis	Primitiva	Agrícola	Industrial	Conhecimentos
Tecnologia	Energia: humana; Materiais: pele de animais e pedras; Ferramentas: para corte; Métodos de produção: nenhum sistema; Transporte: a pé; Sistema de Comunicação: a voz.	Energia: natural; Materiais: recursos renováveis; Ferramentas: força muscular ou natural; Métodos de produção: artesanato; Transporte: a cavalo, barco, carroça; Sistema de comunicação: manuscrito.	Energia: óleo, carvão; Materiais: recursos não renováveis; Ferramentas: máquinas; Métodos de produção: artesanato; Transporte: a cavalo, barco a vapor, ferrovia, de automóvel e avião; Sistema de comunicação: imprensa, televisão	Energia: sol, vento e nuclear; Materiais: recursos renováveis (biotecnologia); Ferramentas: computadores; Métodos de produção: robôs; Transporte: espacial; Sistema de comunicação: individuais ilimitados por meios eletrônicos.
Economia	Colheita, caça e pesca.	Local, descentralizada e auto-suficiente; Produção: para consumo. A terra é o recurso fundamental.	Economia de mercado nacional; Produção: de bens padronizados. O capital físico é o recurso fundamental.	Economia global integrada; Produção: provisão de serviços baseados no conhecimento. O capital humano é o recurso fundamental.
Sistema social	Pequenos grupos ou tribos.	Esquema familiar estratificado com definição clara das funções em virtude do sexo. Educação: limitada à elite.	Família Nuclear com divisão de papéis entre os sexos e instituições que sustentam o sistema. Educação: em massa.	O indivíduo é o centro com diversos tipos de família e fusão dos papéis sexuais. Os valores sociais enfatizam a diversidade, a igualdade e o individualismo.
Sistema político	Tribo: unidade política básica na qual os anciãos e chefe governam.	Feudalismo: leis, religião, classes sociais e políticas atreladas ao controle das terras com autoridade transmitida hereditariamente.	Capitalismo e Marxismo: leis, religião, classes sociais e políticas são modeladas de acordo com os interesses da propriedade e do controle de investimento de capital. Nacionalismo: governos centralizados e fortes tanto como forma de governo representativo quanto na forma ditatorial.	Cooperação global: instituições são modeladas com base na propriedade e no controle do conhecimento. As principais unidades de governo e a democracia participativa definem as normas.
Paradigma	Mundo visto em Termos naturais.	Base do conhecimento: matemática e astronomia. Idéias centrais: Humanidade vista como controlada pelas forças superiores (Deuses), religiosidade, visão mística da vida e sistema de valores com ênfase na harmonia com a natureza.	Base do conhecimento: física e química. Idéias centrais: Homens colocam-se como controladores do destino num mundo competitivo com a crença de que uma estrutura racional pode produzir harmonia num sistema de castigos e recompensas.	Base do conhecimento: eletrônica quântica, biologia molecular, ecologia. Idéias centrais: os Homens são capazes de uma transformação contínua e de crescimento. Sistema de valores enfatiza um indivíduo autônomo numa sociedade descentralizada com valores femininos dominantes.

Quadro 4 - Características-chave de Quatro Sociedades Básicas

Fonte: Quadro 4: Schmidt e Santos (2002, p. 169-170)

Juntamente com a evolução da sociedade, evoluiu também o conhecimento contábil, no que se refere à ciência propriamente dita, com o que ela se preocupa, executa e quer apresentar através de suas demonstrações contábeis, para auxiliar na tomada de decisão. Por isso é importante neste estudo mostrar esta evolução que foi apontada por Crawford (1994, *apud* SCHMIDT E SANTOS, 2002, pp.176-177) e Antunes (1999, p.65 *apud* SCHMIDT E SANTOS, 2002, p.176-177), no quadro 5 abaixo:

Sociedade	Cenário Mundial	Reflexos na contabilidade
Primitiva	Economia baseada na agricultura e pecuária, individual ou restrita a pequenos grupos.	Nenhum. Apenas a contagem física dos bens (Inventário Periódico)
Agrícola	Método de produção artesanal; início das relações comerciais com o advento das descobertas marítimas; formação de sociedades comerciais denominadas comanditas.	Necessidade de controle mais apurado em virtude das expedições e resultado apurado após a venda das mercadorias para atender às necessidades dos sócios e do estado, para controle dos impostos. Primeiras questões judiciais relacionadas ao goodwill referiam-se às terras.
Industrial	Economia baseada no capital e no trabalho; mecanização do trabalho e produção em série; formação de grandes entidades na área industrial e na prestação de serviços; obrigatoriedade de pagamento de impostos para pessoas físicas e jurídicas; Administração Científica; as duas grandes guerras mundiais.	Sistema de Informações Contábeis; Sistemas de Informações Gerenciais; divulgação de relatórios para atender aos acionistas, gerentes e governo; auditoria externa; separação dos custos da produção; relacionamento sistemático da depreciação; organização formal de institutos e órgãos contábeis; realização de orçamentos governamental e formas de controle e divulgação; mensuração de custos, produtos e performance gerencial. Primeiro trabalho sistemático que aborda o <i>Goodwill</i> , elaborado por Francis More em 1891.
Sociedade do Conhecimento	Economia globalizada; recurso do conhecimento; informatização da produção e do trabalho, difusão da tecnologia da informação e das telecomunicações.	Necessidade de harmonização das normas internacionais de contabilidade; sistema de informações contábeis para decisões estratégicas; novas formas de mensuração do valor da entidade, em função da relevância assumida pelos ativos intangíveis na composição do patrimônio das entidades.

Quadro 5 - Evolução do Conhecimento Contábil

Fonte: Schmidt e Santos (2002, p. 176-177)

Observando os quadros citados, percebe-se a real evolução da sociedade e em consequência a preocupação manifestada no âmbito empresarial e contábil. Preocupação esta necessária para que se possa tentar acompanhar a mudança de uma sociedade industrial, acostumada a medir bens tangíveis para uma sociedade voltada para o conhecimento, onde se tem que medir agora bens intangíveis.

3 GOODWILL

Conceituar *Goodwill* não é uma tarefa muito fácil, há tempos, muitos estudiosos vem tentando fazer isto, porém ainda apresentam uma grande dificuldade de consenso no meio. Porém sabe-se da importância que este tem para as entidades e para aqueles que as administram. Por tudo isso serão apresentados alguns conceitos de *Goodwill*, e algumas maneiras de mensura-lo.

Canning (1929, p.38 *apud* SCHMIDT E SANTOS 2002, p.37):

Contadores, escritores de contabilidade, economistas, engenheiros e os tribunais, todos eles têm tentado definir "*Goodwill*", discutir a sua natureza e propor formas de mensura-lo. A mais surpreendente característica dessa imensa quantidade de estudos é o número e variedade de desacordos alcançados.

Goodwill é por alguns autores considerado como um ativo intangível individual, sendo que concede a empresa um potencial de geração de resultados através por exemplo da fidelidade de seus clientes, uma boa localização, uma excelente administração. Contudo está sempre e diretamente ligado aos outros ativo da empresa, pois a mesma não existisse com todos os outros ativos tanto tangíveis como os demais intangíveis, não faria sentido falar de *Goodwill*.

Por muito tempo, e ainda hoje *Goodwill* é utilizado como fundo de comércio erroneamente. Pois segundo Martins (1972, p.55 *apud* SCHMIDT E SANTOS 2002, p.37), não se pode considerar verdadeiramente essa afirmativa, uma vez que esse ativo não se caracteriza realmente como um fundo, pois fundo refere-se ao conjunto de recursos monetários usados como reserva ou para cobrir despesas

extraordinárias e, além disso, o fundo de comércio nem sempre é derivado ou relacionado com o comércio.

Porém para Schmidt e Santos (2002, p.37), este termo fundo de comércio era utilizado erroneamente como sinônimo por dois motivos:

- os meios necessários ao funcionamento da entidade, que é um conceito mais abrangente que o *Goodwill*, pois inclui também alguns ativos tangíveis, como estoques, imóveis, etc.;
- os fatores intangíveis, que auxiliam na obtenção de lucros, tais como localização estratégica, condições monopolísticas, etc.

Almeida e Hajj (1997, p.76 *apud* WERNKE 2002, p.92) conceitua *Goodwill* como “a diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros, gerados pelos Ativos da empresa e o valor dos custos dos elementos que propiciam tal fluxo”.

Já Figueiredo e Moura (2001, p.57 *apud* WERNKE 2002, p.92):

entendem que o *Goodwill* expressa o valor adicional (positivo) de uma empresa em relação ao custo de seus ativos. Exemplificam sua existência mencionando os casos em que o valor recebido na venda de uma empresa é superior ao que seria pago pela aquisição de ativos semelhantes. Desta forma, o montante que o preço de venda excede o valor dos ativos líquidos é reportado na companhia como um custo de aquisição excedente sobre os Ativos adquiridos e é, normalmente, chamado de *Goodwill*.

Para que se possa entender um pouco mais a complexidade do “*Goodwill*” e há quanto tempo este vem sendo estudado, segue o quadro 6 relatando a evolução histórica deste:

Ano	Autor(es)	Contribuição
1897	Lawrence R. Dicksee	Publica em Londres <i>Goodwill and its treatment in accounts</i> , enfocando o assunto mais do ponto de vista do seu tratamento contábil, ressaltando os perigos de contabilizar o mesmo, propondo a imediata liquidação contra o patrimônio líquido nos casos em que ele obrigatoriamente tivesse que ser contabilizado e citando também a necessidade da inclusão da remuneração dos acionistas no cálculo (Carsberg, 1996)
1898	Edwin Guthrie	Ministrou palestra, seguindo o pensamento de Dicksee, em que explicitava a forma adequada de ajustar o lucro líquido da entidade, obtendo-se uma base apropriada para a avaliação do goodwill. Esse trabalho também foi publicado na <i>The Accountant</i> (Carsberg, 1996)
1902	E. A. Browne	Em seu trabalho publicado na <i>The Accountant</i> intitulado " <i>Goodwill: its ascertainment and treatment in accounts</i> ", enfatiza que o goodwill deveria ser registrado contra a conta de capital e não aparecer no balanço patrimonial (Catlett e Olson, 1968:38)
1909	Henry Rand Hatfield	Introduz nova maneira de cálculo do <i>Goodwill</i> , em sua obra <i>Modern Accounting: its principles and some of its problems</i> , publicada em New York. Hatfield foi professor de Contabilidade da Universidade da Califórnia e grande estudioso dos ativos intangíveis em geral. Em seu trabalho, percebeu que o goodwill dependia do montante de superlucros da entidade (Carsberg, 1996)
1914	Percy Dew Leake	Apresenta um estudo intitulado " <i>Goodwill: its nature and how to value it</i> ", que se constitui em um grande esforço para a evolução do tratamento contábil do <i>Goodwill</i> , também publicado na <i>The Accountant</i> (Catlett e Olson, 1968:39)
1927	J. M. Yang	Publica o estudo intitulado " <i>Goodwill and other intangibles</i> ", onde faz uma retrospectiva histórica do goodwill (Catlett e Olson, 1968:40)
1929	John B. Canning	Em seu trabalho intitulado " <i>The economics of accountancy</i> ", demonstra a importância do <i>Goodwill</i> , em vista dos inúmeros contadores, escritores, economistas e engenheiros que sobre o tema discorrem em vários anos, sem que se chegasse a um acordo sobre o seu tratamento contábil (Catlett e Olson, 1968:9).
1936	Gabriel A. D. Preinreich	Elabora um estudo, posteriormente publicado na <i>Accounting Review</i> (p. 317-329, Dec. 1966), denominado " <i>The law of Goodwill</i> ", sobre as decisões proferidas foram sofreram mudança gradativa, partindo do valor relativo às terras, incluindo progressivamente o valor referente à localização do negócio, à clientela formada, à marca, à continuidade da entidade e assim sucessivamente, até chegar ao conceito atual.
1937	James C. Bonbright	Em sua obra <i>The valuation of property</i> , discorre sobre a natureza do <i>Goodwill</i> , citando que o mesmo não é justificado em termos históricos, mas sim nas crenças dos investidores (Catlett e Olson, 1968:15)
1945	Walter A. Staub	Publica uma obra intitulada <i>Intangible assets, contemporary accounting</i> , em cujo capítulo 8 descreve a natureza do goodwill e o tratamento contábil a ser dado à escrituração, bem como o de sua amortização (Catlett e Olson, 1968:41).
1946	Roy B. Kester	Em sua obra <i>Advanced accounting</i> o autor discute a respeito do por ele intitulado " <i>Goodwill latente</i> ", que é o excesso de ganhos que existiriam caso a entidade fosse bem administrada (Catlett e Olson, 1968:41).
1952	William A. Paton e Paton Jr.	Elaboram a obra intitulada <i>Asset accounting</i> , discorrendo sobre a natureza do goodwill (Catlett e Olson, 1938:11).
1953	George T. Walker	Em seu trabalho " <i>Why purchased goodwill should be amortized on a systematic basis</i> ", na revista <i>Journal of Accounting</i> , o goodwill originado pela capacidade de ganhos acima do normal em empreendimentos similares (Catlett e Olson, 1968:11).
1963	Maurice Moonitz	Publica uma obra denominada <i>Accounting: an analysis of its problems</i> , na qual cita o problema que envolve a mensuração do <i>Goodwill</i> , em especial no que tange a capitalização de ganhos futuros (Catlett e Olson, 1968:17)
1963	Arthur R. Wyatt	Publica no <i>Accounting Research Study</i> no. 5 " <i>A critical study of accounting for business combination</i> ", descrevendo, entre outros assuntos, o tratamento contábil dado ao goodwill adquirido de 192 companhias (Catlett e Olson, 1968:44).
1963	J. E. Sands	Em sua obra <i>Wealth, income, and intangibles</i> , o autor discute o conceito de custo de oportunidade sobre a provável riqueza futura do empreendimento e afirma que o mesmo só existirá se os investidores estiverem dispostos a pagar por ele (Catlett e Olson, 1968:73)
1966	Raymond J. Chambers	Em sua obra <i>Accounting: evaluation and economic behavior</i> , o autor destaca que o goodwill é um ativo do acionista e não da entidade (Catlett e Olson, 1968:19).
1966	Bryan V. Carsberg	Elaborou um estudo histórico sobre o goodwill denominado " <i>The contributions of P. D. Leake to the theory of Goodwill valuation</i> ", publicado na <i>Journal of Accounting Research</i> , University of Chicago.
1968	Catlett e Olson	Elaboram um trabalho que é considerado um marco no estudo contábil do goodwill – publicado em 1968 pelo AICPA, sob o título de <i>Accounting for Goodwill</i> .
1971	Dean S. Eitman	Elabora um trabalho denominado " <i>Critical problems in accounting for goodwill</i> ", publicado na revista <i>Journal of Accountancy</i> , do AICPA, em New York.
1972	Eliseu Martins	Elabora tese de doutoramento, apresentada na FEA-USP, denominada <i>Contribuição à avaliação do ativo intangível</i> , marco de referência na literatura brasileira sobre o tema.

Quadro 6 - Evolução Histórica do Goodwill.

Fonte: Schmidt e Santos (2002, p. 39-42)

Além de existirem divergências sobre a conceituação do *Goodwill*, existe também o problema do tratamento contábil deste. Uma vez estabelecido qual conceito apropriado para a situação terá também que se verificar como será feita a mensuração deste *Goodwill* e a que tipo se refere.

Segundo Hendriksen e Breda (1999, p.392):

Goodwill é o mais importante ativo intangível na maioria das empresas. Frequentemente, é o ativo de tratamento mais complexo porque carece de muitas das características associadas a ativos, tais como identificabilidade e separabilidade. Em conseqüência, sua mensuração tem recebido atenção especial. Há três enfoques principais no que se refere a sua avaliação:

- 1- Por meio da avaliação de atitudes favoráveis em relação à empresa.
- 2- Por meio do valor presente da diferença positiva entre lucros futuros esperados e o retorno considerado normal sobre o investimento total, não incluindo *Goodwill*.
- 3- Por meio de uma conta geral de avaliação – a diferença entre o valor da empresa em sua totalidade e as avaliações de seus ativos líquidos tangíveis e intangíveis individuais.

Para melhor compreensão dos três enfoques destacados por Hendriksen e Breda, demonstra-se o que cada um deles representa:

1) Avaliação de Atitudes Favoráveis em Relação à Empresa

Este enfoque leva em consideração relações de negócios que sejam vantajosas, bom relacionamento com funcionários, clientes e fornecedores. Localização vantajosa, nome e reputação, política de preços e privilégios monopolísticos.

E supõe-se que estes fatores geram o *Goodwill* que seria o valor adicional na venda da empresa, valor este a diferença entre o valor da venda e o valor real dos ativos líquidos da mesma. E que isto tenha sido gerado pelos proprietários anteriores e que podem ser avaliados separadamente e identificados independentemente como os demais ativos tangíveis.

Os críticos deste enfoque argumentam que estes ativos intangíveis relacionados anteriormente estão sempre relacionados a outros ativos tangíveis e

que formam o *Goodwill* por práticas utilizadas pela empresa em sua totalidade, não podendo por isso ser avaliados individual e separadamente.

2) O Valor Presente de Lucros Superiores

Este enfoque coloca que o *Goodwill* representa os lucros futuros esperados acima daquilo que poderia ser considerado como um retorno normal. Porém, dizem os críticos que não podemos dizer que ativos tangíveis irão trazer somente um retorno normal e que alocar a diferença como *Goodwill* seria uma ficção.

3) *Goodwill* como Conta Geral de Avaliação

Segundo John Canning (*apud* HENDRICKSEN E BREDA 1999, 393) seria uma simples conta de fechamento, pois alocaria qualquer aumento nos fluxos de caixa esperados, aos ativos tangíveis e aos intangíveis identificáveis, e o *Goodwill* seria cada vez menor e talvez desaparecesse. Caso contrário seria somente um valor da empresa que seríamos incapazes de associar a ativos específicos. O *Goodwill* seria portando uma simples conta de fechamento.

Segundo Ludícibus (1997, p.205 *apud* SCHMIDT e SANTOS 2002, p.51), temos o *Goodwill* subjetivo, que será a diferença entre o valor subjetivo da entidade em determinado momento e o valor da aquisição dos ativos, ou a capacidade desta de gerar lucros que superem o custo de oportunidade baseado no investimento inicial. Porém existem problemas na avaliação do *Goodwill* subjetivo que são:

- 1 – a projeção do lucro ou do fluxo de caixa futuro;
- 2 – as dificuldades encontradas na definição da taxa a ser utilizada;
- 3 – os problemas relacionados à definição do horizonte.

São por estas dificuldades é que o *Goodwill* subjetivo não é registrado ao contrário do *Goodwill* adquirido. Porém mesmo com toda esta dificuldade várias formas de calculo foram desenvolvidas. Segue algum destes modelos que são abordados por Schmidt e Santos, 2002 p.52-55.

Método Lawrence R. Dicksee: é um dos métodos mais antigos e é baseado no lucro líquido e em um fator multiplicador.

$$G = (LL - RA - i \times AT) F$$

Onde:

G = valor do *Goodwill*

LL = lucro líquido

RA = remuneração da administração

i = taxa de juros aplicáveis ao imobilizado tangível

AT = ativos tangíveis

F = fator multiplicativo para obtenção do *Goodwill*

Método New York: este método é praticamente idêntico ao anterior, apenas com variação de que o lucro líquido é obtido pela média dos últimos cinco anos.

$$G = (LL - RA - i \times AT) \times F$$

Onde:

LL = lucro líquido (média dos últimos cinco anos)

Método de Hatfield: este foi o primeiro método residual, precursor dos atualmente utilizados, e representou grande avanço a sua época.

$$G = \frac{LL - RA - AT}{j}$$

Onde:

J = taxa de capitalização de lucros

RA = remuneração dos administradores
 LL = lucro líquido
 AT = ativo tangível

Método do Valor Atual dos Superlucros: o mais antigo defensor deste método foi Percy Dew Leake, que, no bojo de seu método de avaliação, considerou o decréscimo gradativo desse excesso de lucros.

$$G = \sum_{t=1}^k \frac{(LL_t - RA - i \cdot AT)}{(1 + r)^t}$$

Onde:

LL_t = lucro líquido no momento t, que seria decrescente
 r = taxa de desconto, atribuída aos superlucros
 t = duração superlucros
 RA = remuneração dos administradores
 i = taxa de juros aplicáveis ao imobilizado tangível
 k = limite de duração dos superlucros

Método de Custo de Reposição ou Custo Corrente: é um dos mais utilizados como aproximação do valor econômico.

$$G = \sum_{t=1}^k \frac{LL_t - PL_{cc}}{(1 + j)^t}$$

Onde:

LL_t = lucro líquido no momento t
 PL_{cc} = patrimônio líquido a custos correntes
 j = custo de oportunidade de investimentos de igual risco
 t = duração do lucro

Método do Valor Econômico: é o método de avaliação ideal de ativos, entretanto de difícil implementação.

$$A_i = \frac{N}{(1+j)^t} + \sum_{t=1}^{t-1} \frac{R_t}{(1+j)^t}$$

Onde:

A_i = valor econômico do ativo

V_t = valor residual do ativo

j = custo de oportunidade de empreendimentos de igual risco

R_t = resultado econômico produzido pelo ativo

n = horizonte de tempo

Método do Valor de Realização: segundo Ludícibus (1997, p.206), por seu valor líquido de realização, ou seja, pela diferença entre o lucro projetado para os períodos futuros e o valor do custo de oportunidade (risco zero), dividido pela taxa desejada de retorno (ou custo de capital).

$$G = \frac{L_1 - (PL_0 \times R)}{1+j} + \dots + \frac{(PL_n - 1 \times R)}{(1+j)^n}$$

Onde:

PL = patrimônio líquido a valores de realização

R = taxa de retorno de um investimento de risco zero

L_n = lucro projetado

J = taxa de retorno desejada

E ainda se for possível considerar um lucro médio constante, com patrimônio líquido genérico, e também se a taxa R for igual a j , tem-se, no limite, a fórmula:

$$VAE = L/j$$

Vê-se que existem várias fórmulas que podem auxiliar no cálculo do *Goodwill*, porém percebe-se dificuldades com relação a alguns itens das mesmas. Algumas taxas que não ficam muito claros de como serão encontradas, como por

exemplo, F – fator multiplicativo para obtenção do *Goodwill*. Fato que contribui para o problema de considerar uma delas uma base confiável para o cálculo do *Goodwill*.

E ainda existem também estudos e discussões sobre o *Goodwill* negativos que segundo Hendriksen Breda (1999, p.393) é uma prática incomum mensurar *Goodwill* negativo, que seria a diferença negativa do valor que uma empresa foi vendida para o valor de seus ativos líquidos. Porém conforme a limitação desta pesquisa demonstra-se somente características sobre *Goodwill* positivo.

3.1 Tratamento Contábil do Goodwill adquirido – Brasil

Segundo Schmidt e Santos (2002, p.56) no Brasil o conceito de *Goodwill* é conhecido como ágio na aquisição de investimentos, que corresponde à diferença entre o valor pago e o valor contábil, proporcional ao patrimônio líquido adquirido. Sendo que este ágio será avaliado pelo método da equivalência patrimonial e registrado separadamente do valor de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da investidora.

Ainda segundo Schmidt e Santos (2002, p.56) que as principais normas contábeis referentes ao assunto são a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, alterada pelas Leis nº 9.457, de 5 de maio de 1997, e nº 10.303, de 31 de outubro de 2001, bem como as instruções normativas nº 247/96 e nº 285/98 da Comissão de valores Mobiliários.

Sendo que o verdadeiro ágio *Goodwill*, segundo Ludícibus (1997, p.213 *apud* SCHMIDT E SANTOS 2002, p.56) é aquele que surge da expectativa de resultado futuro representativo de quanto vale a entidade a mais (eventualmente a menos) que a soma algébrica de seus elementos patrimoniais individualmente avaliados a valor

justo. E este deve ser lançado no ato da aquisição da participação societária separadamente do valor da equivalência patrimonial.

Para tentar esclarecer melhor o tratamento contábil do *Goodwill* no Brasil, segue um exemplo simples adaptado de Schmidt e Santos (2002, p.78), mostrando como contabilizar na Investidora a aquisição onde de um *Goodwill* positivo:

Investidora		Investida	
Circulante	10.000	Circulante	700
Caixa	10.000	Caixa	600
Permanente	0	Estoques	100
Investimentos	0	Permanente	750
		Terrenos	750
Total Ativo	10.000	Total Ativo	1.450
Circulante	0	Circulante	200
Contas a Pagar	0	Contas a Pagar	200
Patrimônio Líquido	10.000	Patrimônio Líquido	1.250
Capital	10.000	Capital	1.250
Total Passivo	10.000	Total Passivo	1.450

Quadro 7 - Balanço Patrimonial – situação inicial

Fonte: Adaptado Schmidt e Santos (2002, p. 78)

Na seqüência, apresenta-se o Balanço Patrimonial da situação após aquisição onde haja *Goodwill* positivo.

Investidora		Investida	
Circulante	8.900	Circulante	700
Caixa	8.900	Caixa	600
Permanente	1.100	Estoques	100
Investimentos	1.000	Permanente	750
Ágio – Valor de Mercado	100	Terrenos	750
Total Ativo	10.000	Total Ativo	1.450
Circulante	0	Circulante	200
Contas a Pagar	0	Contas a Pagar	200
Patrimônio Líquido	10.000	Patrimônio Líquido	1.250
Capital	10.000	Capital	1.250
Total Passivo	10.000	Total Passivo	1.450

Quadro 8 - Balanço Patrimonial – situação final

Fonte: Adaptado Schmidt e Santos (2002, p. 78)

Pode-se verificar, com base nos quadros apresentados que no Brasil a diferença positiva entre o valor contábil e o valor de mercado no momento da compra de um investimento em uma outra empresa será contabilizado no grupo investimentos, na conta ágio. Que representa o *Goodwill* adquirido, apresentado anteriormente.

3.2 Tratamento contábil do Goodwill adquirido – IASB

Segundo Schmidt e Santos (2002, p.88), nas normas internacionais o *Goodwill* é qualquer excesso de valor pago em uma aquisição, em relação à participação do adquirente no valor justo dos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida. Diferente do que se verifica nas normas brasileiras onde o valor contábil dos ativos líquidos da entidade adquirida.

Outra diferença é que nas normas internacionais, no momento da aquisição os ativos intangíveis que puderem ser mensurados confiavelmente deverão ser registrados separadamente do *Goodwill*. Já nas normas Brasileiras são verificados somente os ativos existentes nos registros da entidade adquirida.

Para melhor esclarecer as diferença entre as normas internacionais e as nacionais, verificaremos os dois termos considerados por estas para a avaliação do valor do *Goodwill*, se Schmidt e Santos (2002, p.90):

- **Valor Contábil:** É o valor pelo qual um ativo é reconhecido no balanço patrimonial após a dedução de qualquer amortização acumulada.
- **Valor Justo:** É o valor pelo qual o ativo ou passivo pode ser trocado, existindo um conhecimento amplo e disposição por parte dos envolvidos no negócio, em uma transação sem favorecimentos.

É importante salientar que o *Goodwill* gerado internamente não é registrado, conforme as normas internacionais parágrafo 36 do IAS 38 (apud SCHMIDT E SANTOS 2002, p.98), pois não é um recurso identificável e controlado pela entidade, podendo a qualquer momento ser afetado por uma série de fatores que alterem o valor da entidade.

3.3 Amortização do Goodwill

Considera-se que o *Goodwill* vá diminuindo com o passar do tempo, pela diminuição do potencial de geração de serviços , porém pode parecer que o *Goodwill* não está diminuindo devido à continuidade no potencial relacionado ao mesmo.

Todavia o que acontece é que o *Goodwill* adquirido está sendo substituído pelo *Goodwill* gerado internamente, porém não é permitido registrar o *Goodwill* subjetivo, por isso tem-se que calcular sua vida útil e fazer as devidas amortizações.

No momento de estimar a vida útil do *Goodwill* deve-se levar em consideração vários fatores, como os relacionados no parágrafo 48 do IAS 22 (*apud* SCHMIDT E SANTOS 2002, p.99):

- a natureza da vida útil de um negócio;
- a estabilidade e a vida útil previsível do *Goodwill* em negócios similares ou em entidades que tenham um ciclo de vida típico de negócios similares;
- os efeitos de obsolescência de produtos, mudanças nas demandas e outros fatores econômicos nos negócios adquiridos;
- a expectativa de vida dos serviços de indivíduos-chave o grupo de empregados e se os negócios adquiridos podem ser eficientemente gerenciados por outra equipe de gerenciamento;
- o nível de despesa com manutenção ou de fundos requeridos para obter os benefícios econômicos esperados do negócio adquirido, bem como a capacidade e a intenção de alcançar tal nível;
- a expectativa de ações por parte dos concorrentes ou potenciais concorrentes;
- o período contratado e o período legal do controle do negócio adquirido ou previsões contratuais que afetam sua vida útil;

Mesmo levando em consideração os tópicos anteriormente relacionados, ainda *Goodwill* pode estar relacionado a outros fatores, como ativos intangíveis identificáveis que podem influenciar na vida útil deste. Porém segundo o IASB (Schmidt e Santos 2002, p.100), as estimativas de vida útil tornam-se menos confiáveis à medida que o prazo de vida útil aumenta.

Segundo Schmidt e Santos (2002, p.100), o método de amortização deve ser o linear, sendo que este deve ser avaliação ao final de cada exercício, mediante a análise de retornos econômicos futuros que este continuará trazendo a empresa. Para verificar se a vida útil calculada continua a mesma, para se possa continuar com o mesmo método de amortização para o próximo exercício.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo geral apresentar a importância da avaliação e mensuração dos ativos intangíveis, para isso partiu-se dos conceitos de ativos e como avalia-los e mensurá-los, dos conceitos de ativos intangíveis e também como avalia-los e mensura-los.

Pode-se perceber a complexidade do assunto devido a divergências encontradas dentre os autores pesquisados e a importância deste assunto devido ao tempo que o mesmo vem sendo estudado.

Com relação ao objeto maior desta pesquisa, o *Goodwill*, observa-se ainda mais a divergência entre autores, ainda não tendo como definir-se um conceito único para a questão. Verifica-se com isso a complexidade do tema proposto, principalmente referente a considerar um método de cálculo totalmente confiável. Para então, tentar-se analisar a melhor maneira de apresentá-lo contabilmente.

REFERÊNCIAS

FIPECAFI. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável também as demais sociedades**. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 1994.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1993.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDA, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade para nível de graduação**. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SALVADOR, Angelo Domingos. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica, elaboração e relatórios de estudos científicos**. 8 ed. Porto Alegre: Sulina, 1980.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos. **Avaliação de ativos intangíveis**. São Paulo: Atlas, 2002.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. Florianópolis: UFSC/PPGEP/LED, 2000.

WERNKE, Rodney. **Identificação de potenciais geradores de intangíveis**. Florianópolis: UFSC, 2002.